

Gênero e Escola: Por outras práticas educativas.

*Mara Rita Duarte de Oliveira*¹.

Os estudos de gênero procuraram mostrar que as referências culturais são sexualmente produzidas por meio de símbolos, jogos de significação e relações de poder, de parentesco, econômico e políticas. "As relações de gênero é uma construção cultural e social e como tal representa um processo contínuo e descontínuo de produção de lugares e poderes do homem e da mulher em cada cultura e sociedade" (OLIVEIRA, 1999:70).

Assim, Parafraçando LOURO (2003), a discussão sobre gênero tem por objetivo combater as relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar caminhos para a transformação dos paradigmas estabelecidos em torno da relação homens/mulheres na sociedade, o que nos possibilita repensar e discutir nossa participação social seja no espaço escolar seja em nossas relações afetivas, ou seja estabelecendo novas relações entre a subjetividade do outro e a nossa, respeitando as semelhanças e diferenças, mas acima de tudo propondo-se ao diálogo com essas diferenças.

Nalu Faria e Miriam Nobre, em seu livro "Gênero e Desigualdade" explicam: ... "existe uma divisão entre as esferas pública e privada, sendo que a esfera privada é considerada como o lugar próprio das mulheres, do doméstico, da subjetividade, do cuidado. A esfera pública é considerada como o espaço dos homens, dos iguais, da liberdade do direito".

As identidades de gênero são construídas e relacionadas com atividades organizacionais, sociais e representações culturais historicamente situadas. A perspectiva de gênero permite entender as relações sociais entre homens e mulheres, o que pressupõe mudanças e

¹ Professora de Sociologia da Educação do Campus Universitário do Sul e Sudeste do Pará/UFPA. Coordenadora do Curso de Pedagogia e Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável - NEAF/CA/UFPA.

permanências, desconstruções, reconstrução de elemento simbólicos, imagens, práticas, comportamentos, normas, valores e representações. A categoria gênero reforça o estudo da história social, ao mostrar que as relações afetivas, amorosas e sexuais não se constituem realidades naturais. A condição de gênero legitimada socialmente se constitui em construções, imagens, referências de que as pessoas dispõem, de maneira particular, em suas relações concretas com o mundo. Homens e mulheres elaboram combinações e arranjos de acordo com as necessidades concretas de suas vidas.

As relações de gênero, como relações de poder, são marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades. Estão presentes os conflitos, tensões, negociações, alianças, seja através da manutenção dos poderes masculinos, seja na luta das mulheres pela ampliação e busca do poder. “Gênero deve ser visto como elemento constitutivo das relações sociais, baseadas em diferenças percebidas entre os sexos, e como sendo um modo básico de significar relações de poder” (Scott, 1990). Em meio as mudanças no campo educativo e na/da educação institucionalizada se faz necessário aos educadores e educadoras compreender o caráter dessas mudanças, a dinâmica das transformações no campo da sexualidade e de outras questões que estão associadas aos atuais debates sobre gênero, raça, etnia e trabalho, por exemplo, e que afetam de forma implícita as nossas práticas escolares e sociais cotidianas.

Considero que desta forma os educadores e educadoras contemporâneos são chamados à esses debates e diante dos novos paradigmas sobre a questão da sexualidade, e precisam compreender esses novos paradigmas para construir **outras práticas** educativas que superem o modelo autoritário de educação.

Concordando com LOURO (2003:44), existem várias formas de se viver os gêneros e a sexualidade nos mais diversos espaços educativos: na família, na igreja, no trabalho, nas ruas, na escola, etc. Nas instituições escolares, espaços privilegiados para a formação da personalidade e do

caráter das pessoas, infelizmente as ações educativas tem-se caracterizado não pela abordagem democrática, dialógica, sincera e respeitosa acerca das contradições e limites e possibilidades da ação humana no campo da sexualidade, já que vivemos presos à uma cultura de padrões estereotipados de conduta sexual e amorosa que determina dentro e fora da relação íntima o comportamento dos sujeitos, obrigando-os na maioria das vezes a abandonar, esconder sua subjetividade, pois, seguindo-se modelos socialmente aceitos pela maioria das pessoas da nossa sociedade, haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e feminilidade, e uma única forma sadia e normal de sexualidade, qual seja, a heterossexualidade.

Afastar-se do padrão estabelecido para vivenciarmos nossa sexualidade, significaria: o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico em relação às práticas sexuais e sociais pré-estabelecidas, que além de envolver questões de gênero ainda dizem respeito à formas de práticas sociais² socializadoras e coletivas.

Assim, há décadas muitos atores sociais³, vêm questionando a ausência de suas histórias e suas práticas nos currículos escolares formais, as quais, quando são abordadas pelos/as educadores/as não interferem no curso “normal” da escola, em muitas das vezes reforçam ainda mais o conceito de “diferente”, não-normal. Assim, as produções culturais construídas fora do lugar central da institucionalidade escolar, em muitos casos quando não são excluídos dos currículos, ocupam lugares alternativos.

Segundo Louro (p.46) o silenciamento em torno do debate sobre a questão da sexualidade e do gênero é uma

² Refiro - me as práticas relacionadas ao trabalho produtivo capitalista, vestuário, direitos e deveres de grupos étnicos, portadores de necessidades especiais, relações familiares, opção religiosa e política, expressão oral / linguagem falada, expressão artística e as próprias práticas escolares.

³ Entre eles movimentos populares e educadores e educadoras existentes no Brasil.

tomada de posição daqueles que já detêm a autoridade e a legitimidade e precisam deslegitimar as práticas não normativas do desenvolvimento da sexualidade e do prazer. Assim, se os educadores e educadoras não podem permitir-se um a situação de desatenção em relação de gênero que também ocupam o espaço escolar, não e constroem apenas do lado de fora, na rua, se mostram se revelam e se traduzem nas práticas cotidianas dos sujeitos escolares.

Assumir esse debate é muito mais do que essa revisão profunda de valores e de práticas sociais, é necessário restabelecer paradigmas e relações acerca dos projetos destinados às escolas, vislumbrando-se a elaboração de um projeto educacional coletivo, em parceria com todos os sujeitos escolares.

Enfim, a proposição que defendendo é que só podemos fazer uma educação verdadeiramente emancipadora, em uma perspectiva (r)evolucionária, se sonharmos (com paixão e utopia) na construção de uma nova escola, com *novas e outras práticas* educativas: fruto da identidade cultural dos grupos sociais que estão inseridos nela, na qual a riqueza cultural esteja aliada à riqueza tecnológica, possibilitando, desta maneira, a formulação de um saber - cultura que permita a realização pessoal e humana desses sujeitos escolares.